

Deputados dizem sim para nova regra fiscal

Arcabouço segue para sanção presidencial

DE BRASÍLIA

Em votação ontem à noite, a Câmara dos Deputados aprovou o novo arcabouço fiscal, que vai substituir o atual modelo de teto de gastos na definição das regras para o crescimento das despesas federais. O texto, que teve 379 votos a favor e 64 contra, segue agora para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A nova regra autoriza o aumento de despesas acima da inflação, diferentemente do teto de gastos. Esse crescimento real irá variar entre 0,6% e 2,5%, desde que limitado a 70% do aumento da arrecadação.

O caminho para a vota-

ção foi aberto depois de um acordo costurado em reunião na residência oficial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O parecer apresentado pelo relator na Casa, deputado Claudio Cajado (PP-BA), manteve as despesas com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF) fora do novo limite de gastos. Mas ele rejeitou emenda aprovada no Senado que também tirava da regra as despesas com ciência e tecnologia.

O principal impasse para a votação do texto, porém, era emenda que permitia



Votação ocorreu ontem à noite na Câmara; acordo foi costurado em reunião na residência de Arthur Lira

ao governo prever as chamadas despesas condicionadas no Orçamento de 2024 - que dependem de aprovação de crédito adicional pelo Legislativo.

A emenda das despesas condicionadas foi apresentada no Senado pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), com apoio da ministra do

Planejamento, Simone Tebet, que chegou a ir ao Legislativo para defender a medida como uma forma de garantir recursos para o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Pelo acordo fechado ontem, essa previsão foi retirada do texto do arcabouço e será incluída no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), relatado pe-

lo deputado Danilo Forte (União Brasil-CE).

As discussões sobre a regra fiscal ocorreram uma semana após o ruído gerado por declaração do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que disse que a Câmara não poderia usar seu poder para "humilhar" o governo e o Senado, o que irritou os deputados. (Estadão Conteúdo)

Desoneração da folha pode ser votada na terça

■ O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), confirmou ontem que os deputados votarão na próxima terça-feira a urgência e o mérito do projeto que prorroga até 31 de dezembro de 2027 a desoneração da folha de pagamento para os 17 setores da economia que mais empregam. O texto já foi aprovado no Senado.

"Nós acertamos para terça a urgência e o mérito com ajustes necessários que estão se fazendo lá com relação a algumas questões do Senado".

A decisão foi tomada ontem em reunião com líderes na residência oficial do presidente da Câmara. Atualmente, o projeto está na Comissão de Desenvolvimento Econômico da Casa. A desoneração permite às empresas pagarem alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários. A União deixou de arrecadar com a medida R\$ 9,2 bilhões só no ano passado. (EC)